

A EDUCAÇÃO, A ESCOLA E O NÍVEL CULTURAL

Prof. Casemiro Campos
Professor do Curso de Pedagogia da UNIFOR
casemiroonline@casemiroonline.com.br

Todo o esforço de investimento da política educacional nos últimos anos tem se colocado um limite ainda intransponível: a elevação do nível cultural de escolaridade da maioria daqueles que encontram-se na escola pública.

Em recentes informações de pesquisas sobre o nível da aprendizagem das crianças e jovens sobre as suas performances na escola, verifica-se ao término do ensino fundamental que na 8ª série chega-se com nível de 4ª série; os alunos ao concluírem a 4ª série com o nível de 2ª série. O domínio dos fundamentos básicos da linguagem que deveriam ter no primeiro ano de escolaridade, efetivamente fica adiado para quando da conclusão da segunda série do ensino fundamental.

Desse modo, percebe-se que a universalização do ensino, se defronta com o problema da aprendizagem, que se renova insistentemente, ao lado do fracasso escolar, da evasão e da repetência, gerando o baixo rendimento escolar.

A questão da marginalidade na educação é algo presente na política da educação brasileira há muitos anos. Na década de 1960, essa temática foi a tônica de estudos e pesquisas de teóricos que afirmavam que a transformação da sociedade se daria pelo desenvolvimento de uma política educacional fincada a partir de transformações sociais, para formar uma nova consciência e mentalidade através da educação. Essa tese veio mostrar que as elites criavam mecanismos para conceder a educação escolar, quando das pressões das classes subalternas, criando para si uma escola de “alto nível” de ensino e para as mais pobres uma “escola pobre”. Após três décadas, compreende-se para o país os prejuízos na educação, com danos irreparáveis e que não se avançou na qualificação da escola.

Portanto, a realidade tem evidenciado que a prioridade na política de educação deve ser focada na qualidade da educação e na melhoria da escola básica. Aqui a tarefa é complexa. Ou seja, como investir na melhoria da aprendizagem dos alunos, convivendo com os males do professorado com baixos salários, sem motivação, sem estímulo, em

síntese sem perspectivas de progresso a curto e médio prazo? Mudar esta realidade é o imperativo que se coloca para superação da problemática do fracasso escolar, considerando a dimensão emancipatória da educação. Cabe aos governos os desafios de atacar com clareza as fragilidades da educação para a construção de uma escola pública, democrática e de qualidade.